



3

JUAN CARLOS TORRE

SOBRE AS ORIGENS DO PERONISMO
– A CGT E O 17 DE OUTUBRO DE 1945



A recente publicação das memórias de vários antigos dirigentes operários e o acesso a importantes documentos da época permitem hoje abordar, com novos elementos, a controvertida questão da participação da CGT e dos sindicatos no 17 de outubro de 1945. Além de reconhecer a merecida intervenção de Cipriano Reyes — uma intervenção que ele mesmo se ocupou em exaltar —, a versão que prevalece a respeito daquela memorável jornada tende a minimizar o papel dos líderes sindicais, quando não a denunciar neles uma atitude contrária à aspiração que atraiu à Plaza de Mayo uma multidão operária inédita na história política argentina: libertar o coronel Perón e consagrá-lo caudilho do povo. O fato mais freqüentemente evocado a favor deste julgamento é a tardia e trabalhosa declaração de greve geral, decidida pela CGT no momento em que a mobilização operária já havia ocupado as ruas e desafiado a autoridade da cúpula sindical.

Sem pretender diminuir esta evidência, cremos que, para se chegar a conclusões finais, deve-se colocá-la no contexto histórico adequado: o movimento operário se encontrava em 1945, organizacional e taticamente fragmentado e a Central Operária não era ainda a entidade unitária e representativa que seria mais tarde. Por isso, a análise e a avaliação da lista dos líderes operários de 17 de outubro tem de levar em conta tanto as iniciativas provenientes da CGT como as outras originadas fora dela. Com uma visão assim ampliada, poder-se-á compreender porque os dirigentes sindicais daquela época, a despeito da versão canonizada pelo tempo, consideraram o desfecho da crise como uma vitória do movimento operário.

RELAÇÕES ENTRE OS SINDICATOS E PERÓN

Já no mês de julho de 1945, poucos meses antes de 17 de outubro e dois anos antes do surgimento do governo militar, o movimento operário aderiu publicamente à gestão que vinha desenvolvendo Perón à frente da Secretaria do Trabalho e Previdência. Até então, as relações entre os sindicatos e o chefe do GOU haviam tido um trâmite dificultoso, cheio de reservas e tensões, que somente o aguçamento da ofensiva das forças oposicionistas em 1945 permitira superar. Quando Perón se encarregou do Departamento Nacional do Trabalho, em outubro de 1943, a expectativa com que os líderes sindicais acolheram a revolução de junho já se havia desvanecido sob o impacto das medidas repressivas tomadas pelo governo do general Ramirez.¹ Seu primeiro objetivo foi estabelecer um diálogo com a cúpula sindical, para o qual reviu as decisões oficiais mais renitentes e formulou os conceitos de sua nova política social.²

O empreendimento não teve êxito imediato. Nas vésperas de 1º de maio de 1944, os sindicatos começaram a preparar a tradicional celebração do Dia do Trabalho, com a intenção de transformá-la em ato de crítica aberta ao governo militar. Foi proibida a mobilização que propunha lançar a palavra ordem de rápida normalização constitucional e exigir, ao mesmo tempo, a vigência de reformas sociais, antecipadas por Perón mas não ainda concretizadas. No entanto, a partir daí deu-se um progressivo realinhamento dos dirigentes sindicais em relação ao Secretário do Trabalho e Previdência. Para conjurar e sancionar a manobra sindical, o governo utilizou, por um lado, diversos tipos de pressões.³ Por outro lado, Perón e seu lugar tenente, o coronel Mercante, aumentaram seus esforços para neutralizar os líderes operários, convidando-os a expressarem suas reivindicações e a trabalharem por elas, colaborando com as atividades da Secretaria. Um núcleo importante de associados respondeu à proposta e se incorporou às comissões oficiais, participando da elaboração dos primeiros decretos que, entre julho e novembro de 1944, inauguraram a nova política social do coronel Perón.

A colaboração entre os sindicatos e a Secretaria do Trabalho teve, nesse momento, limites bem precisos, que foram determinados pelos dirigentes sindicais e que resultaram insatisfatórios para Perón. Para os chefes do movimento operário, a justiça social, prometida por este, não passava de uma responsabilidade que lhe cabia como governante: por ela, isto é, por sua efetivação, não deveria ele esperar dos sindicatos qualquer atitude que fosse além de secundá-lo e apoiá-lo, resguardando claramente sua autonomia política. Perón, em troca, pretendia um compromisso maior com sua gestão, que lhe permitisse dedicar-se ao combate pelo poder, que simultaneamente travava dentro da elite militar revolucionária e ante as forças da oposição democrática.

A posição adotada pelos dirigentes sindicais tinha suas raízes na tradição dentro da qual se havia formado e desenvolvido o movimento operário.⁴ Essa tradição repousava sobre a palavra de ordem da presidência política, em virtude da qual os sindicatos deveriam circunscrever sua atividade a uma plataforma estritamente reivindicatória e proclamarem-se neutros em matéria política. Esta palavra de ordem em nome da qual os líderes sindicais resistiam, por um lado, à tutela dos partidos políticos, e eram levados, por outro, a negociar com os diversos governos, era a contrapartida doutrinária das frágeis bases sobre as quais havia crescido o movimento operário. A falta de garantias institucionais, a ameaça sempre presente da repressão, a hostilidade dos patrões haviam imposto enormes obstáculos para a implantação dos sindicatos: aqueles que conseguiam superá-los e penetravam na massa trabalhadora não arriscavam posições que sabiam tão precárias, seja enbandeirando-se politicamente, seja renunciando a fazer pressão sobre o Estado.

O apelo de Perón caiu sobre um movimento operário, majoritariamente orientado por essa estratégia sindical posta a serviço da sobrevivência, e encontrou, finalmente, um eco favorável. Os únicos que desertaram, no início, foram os comunistas, que preferiram denunciar os aspectos autoritários e antiliberais do governo militar. No entanto, o grosso dos dirigentes operários se predispôs a silenciar seus escrúpulos ideológicos e a responder à abertura social do Secretário do Trabalho, mostrando, cautela em aprofundar seu compromisso com este.⁵ Logo que as forças patronais se somaram à ofensiva democrática, e o conflito, até então político, se tingiu de forte conteúdo de classe, saiu em defesa de Perón e de suas reformas sociais.

Em 16 de junho de 1945 foi divulgado o chamado “Manifesto das Forças Vivas”, no qual as principais organizações patronais faziam público seu protesto contra a política social do governo. Quatro dias depois, começou nos jornais uma onda de respostas dos sindicatos, repudiando o manifesto e solidarizando-se com a gestão de Perón. Em 12 de julho a reação sindical culminou com um encontro organizado pela Comissão de Unidade Sindical, a CGT, a USA, a União Ferroviária, a Confederação de Empregados de Comércio, a Associação de Operários do Estado e a União dos Rodoviários sob o lema “defesa das melhorias obtidas pelos trabalhadores através da Secretaria do Trabalho e Previdência”. Esta tomada de posição objetivou, contudo — em meio a uma cena política asperamente polarizada, salvaguardar os princípios sindicais, e os oradores — além de evitar cuidadosamente personalizar sua adesão na figura de Perón — sublinharam “a absoluta independência” com que o movimento operário se incorporava ao combate social.

O passo dado pelos líderes sindicais não foi, no entanto, seguido por outros na direção de intensificar o envolvimento na empresa política, na qual, em que pese a seus desmentidos,⁶ Perón havia se lançado. É que, se descartarmos um núcleo reduzido de dirigentes atuantes como porta-vozes da Secretaria do Trabalho,⁷ o conjunto mais amplo de representantes das principais organizações gremiais estava submetido a pressões cruzadas. Por um lado, apoiava a política social de Perón da qual se sentia responsável. Por outro, na medida em que arrefecia a campanha da oposição, acusava o impacto de sua propaganda e se tornava mais sensível a suas críticas.⁸ Tratando de não atacar abertamente o governo, também se somara à reivindicação a favor da liberdade dos presos políticos, o fim do estado de sítio e a imediata normalização constitucional. O hasteamento das bandeiras levantadas pela oposição não foi somente o gesto de uma consciência democrática, finalmente reconciliada consigo mesma depois de haver guardado um embaraçoso silêncio diante das atitudes autoritárias da administração militar; refletiu também a forma mutável que ia tomando a conjuntura política. Como

assinalou S. Baily,⁹ a preocupação dos dirigentes operários era infiltrar-se no grupo vencedor, motivo pelo qual contemplavam com certa ansiedade a força da ofensiva oposicionista e o retrocesso paralelo do oficialismo.¹⁰ Daí tentarem não afastar a vontade de nenhum dos setores em luta.

O problema crucial dos chefes sindicais era, no entanto, de ordem estratégica, e girava em torno da convocação para as eleições de 1946, anunciada pelo presidente Farrell no banquete das FF.AA. no mês de julho. Como assegurar, através dos próximos comícios, a continuidade da atual política social, no futuro governo constitucional? Formulada, a partir dos dados políticos disponíveis nesse momento, "meados de 1945", a questão não admitia muitas alternativas. Pressionado por seus camaradas de armas, Perón deveria ter desmentido sua candidatura, enquanto sua estrela política, em xeque como estava, já não brilhava como antes. Fora desta opção, que não chegou a ser debatida publicamente, não restava aos líderes sindicais outro caminho que o dos partidos políticos, e foi assim que começaram as conversações com os radicais e socialistas, os únicos que, pela permanência de lealdades tradicionais ou por vínculos passados, estavam mais próximos do movimento operário. Em ambos os casos o resultado foi negativo. Os políticos só se mostraram interessados nos votos, enquanto os sindicalistas, que atuavam como grupo de pressão politicamente autônomo, pretendiam estabelecer uma aliança com discussão de programas e participação na eleição de candidatos.¹¹ Paralizados pela incerteza da perspectiva futura, pelas tensões de sua conflituosa situação na cena política, os dirigentes operários assistirão, sem sequer reagir, à acometida triunfal das forças de oposição no mês de agosto. Qualquer um que observe retrospectivamente estes momentos decisivos de 1945, não poderá deixar de constatar a extrema cautela com que aqueles homens pensavam a fluida situação política de então. Enquanto se sucediam as manifestações de rua e as ocupações estudantis, enquanto a agitação crescia favorecida pela suspensão do estado de sítio, enquanto aumentavam a organização dos partidos e a atividade provocadora desenvolvida pelo embaixador norte-americano, S. Braden,¹² os sindicatos davam um passo atrás e se colocavam na expectativa.

Dela haveriam de sair, em começos de setembro, não porém para vir e apoiar a batalha solitária que travava Perón, mas para enfrentar a crise política que irrompera em suas fileiras. A 5 de setembro, A Fraternidade e com ela a União Operária Têxtil e o Sindicato Operário do Calçado desligam-se da CGT, acusando-se de colaboracionismo com o governo, de respaldar a candidatura de Perón no recente encontro de julho, contrariando os preceitos sindicais; acusavam ainda a CGT de haver permanecido indiferente às intervenções de sindicatos, à detenção de líderes, à criação de organizações divisionistas, à prescrição das liberdades sindicais, o isolamento internacional

do país, o crescente custo de vida. As acusações não eram novas nem os acusadores tinham autoridade para fazê-las,¹³ mas o momento escolhido era oportuno: de fato, o objetivo desses sindicatos era aproveitar a perplexidade da cúpula sindical para forçar sua ruptura com Perón. A resposta da Central Operária à manobra divisionista¹⁴ teve caráter marcadamente defensivo, e procurou levantar as acusações, apresentando as suas relações com a Secretaria do Trabalho e com Perón como desprovidas de qualquer conotação política. Na declaração intitulada "A CGT contra o confucionismo político", seus líderes negaram a atitude colaboracionista, imputada por seus críticos, argumentado que a referida acusação era calcada numa incorreta confusão entre as funções dos partidos e as funções dos sindicatos. Enquanto os primeiros são entidades de opinião dirigidas para a conquista e o exercício do poder, dizia a declaração, "as organizações sindicais são coalisões de caráter econômico, fundadas sobre características de classe, frente às quais todos os governos são da mesma forma representantes, mais ou menos genuínos, da classe capitalista". Em virtude dessa diferença, que atualizava, em meio à aguda crise política, a velha filosofia da presidência, a CGT "não pode se apresentar diante do atual governo, como não o fez diante de outros, numa atitude de partido imprópria para ela. Cumpria sua função específica de defesa dos interesses operários".

Enquanto a CGT fazia tal proclamação de independência, o conflito político alcançava seu clímax. Em 19 de setembro a oposição organizou uma imensa demonstração de força nas ruas de Buenos Aires, onde reinava soberana desde agosto. A Marcha da Constituição e Liberdade congregou uma multidão surpreendente em número, majoritariamente de classe média, que desfilou desafiante, encabeçada pelos representantes de todos os partidos, aglutinados agora sob a palavra de ordem da entrega do governo à Suprema Corte de Justiça, para que esta levasse a cabo a normalização constitucional. O governo, sobre o qual as influências de Perón, secretário do Trabalho, do Ministro da Guerra e do Vice-Presidente, eram dominantes, respondeu à mobilização do dia 19 pondo fim à liberalização política, começada em fins de julho, e restabeleceu o estado de sítio.

Antes de entrar nos acontecimentos de outubro com os quais culminará a crise, e enquanto retivermos por um instante as imagens, por um lado de Perón acochado e, por outro, da oposição presentindo sua vitória, é ilustrativo perguntar-se pela situação, desde setembro, dos dirigentes sindicais que Angel Borlenghi, Cipriano Reyes e Silverio Pontieri, que representariam um papel central no desenlace. O primeiro deles, peça importante nos contactos iniciais entre a velha-guarda sindical e Perón, perdeu o controle da Confederação de Empregados no Comércio que, sob pressão do Partido Socialista, se alinhou às posições d'A Fraternidade. Reyes, um recém-chegado às fileiras

sindicais, embora com uma longa trajetória política anterior, descarregava sobre o atribulado governo a greve dos frigoríficos de Berisso, que finalizará no dia 23, depois de quase cinco meses de áspersos confrontos. Dois dias antes, dia 21, deu-se a renovação dos dirigentes da CGT, sendo designado secretário geral o dirigente ferroviário, Silverio Pontieri, homem que, segundo confessa em suas memórias, por ocasião da Marcha do 19 de setembro, viu vacilar suas convicções apolíticas e compreendeu a necessidade de tomar partido no combate vigente na Argentina de 45.¹⁵ Esses testemunhos completam o quadro das forças políticas, nas vésperas do 17 de outubro, e cada um a seu modo refletem o estado crítico em que se encontravam os setores sindicais ligados a Perón.

O AFASTAMENTO DE PERÓN

Em 9 de outubro a ofensiva opositorista encontrou eco, finalmente, entre as fileiras militares, e a oficialidade da poderosa guarnição de Campo de Maio pediu a renúncia de Perón.¹⁶ Abandonado por seus companheiros de armas, o homem forte da Revolução de Junho demite-se, não ouvindo os conselhos de seus mais próximos colaboradores, que o incitavam a resistir. A resistência foi o empreendimento daqueles que haviam sido beneficiados por sua política social: os trabalhadores; e a cabo de uma semana, durante a qual seus adversários não souberam explorar a momentânea vitória lograda, Perón voltou e recuperou o poder pela mão da mobilização operária.

Qual o papel dos sindicatos e da CGT naqueles dias decisivos? Até há muito pouco tempo, as fontes básicas disponíveis para responder a esta pergunta eram os livros de Angel Perelman e de Cipriano Reyes.¹⁷ Por diferentes razões, um e outro apresentam uma visão parcial das jornadas de outubro. O primeiro, militante de um sindicato incipiente na época, a União Operária Metalúrgica, traz principalmente a perspectiva da mobilização vista de baixo e reconstrói coloridamente o clima de agitação popular que ganhara as ruas de Buenos Aires; mas pouco ou nada nos diz sobre o que aconteceu na cúpula do movimento operário.¹⁸ Reyes era ainda um dirigente marginal em relação aos principais quadros sindicais da época, em parte, porque sua posição era recente; em parte, porque, no estado de desagregação sindical existente, o fato de atuar na zona de Berisso e na direção de sucessivos intensos conflitos gremiais o havia desligado dos círculos sindicais, girando em torno da Secretaria do Trabalho e da CGT: suas memórias refletem esse isolamento, ao exagerar sua própria intervenção nos acontecimentos e omitir qualquer referência às árduas negociações que precederam à libertação de Perón, onde participaram outros dirigentes estando ele ausente.

Dizíamos, no início, que hoje contamos com novos testemunhos históricos e a partir deles é possível recompor mais detalhadamente o que ocorreu no plano do movimento operário durante os episódios, que culminaram em 17 de outubro. Isto permitirá preencher alguns vazios, corrigir imprecisões e, sobretudo, trazer a um primeiro plano o processo através do qual, em meio a fortes pressões e profundos debates, a velha guarda sindical foi levada a fazer suas opções e a selar, de forma definitiva, seu compromisso com Perón.

A notícia do afastamento de Perón encontrou os dirigentes operários de certo modo preparados; se até ali haviam visto desenvolver-se a ofensiva da oposição, sem cogitar em enfrentá-la, agora que esta havia alcançado seu objetivo, estavam predispostos a aceitar seu triunfo com a mesma resignação com que, ao longo dos anos de esforçada militância, haviam visto frustrar-se suas lutas. E antes que o governo anunciasse a revisão da política social, já começaram a atuar sobre eles os mecanismos reflexos da derrota.

No mesmo dia 9 de outubro, à noite, realizou-se, no maior sigilo, no campo de esportes que o Sindicato dos Cervejeiros tinha na zona suburbana de Quilmes, uma apressada reunião para analisar as novas do dia. Dela participaram cerca de setenta dirigentes e militantes sindicais, resolvendo-se designar uma comissão para entrevistar o ex-Secretário do Trabalho e expressar-lhe sua solidariedade. Apesar da iniciativa não estar à altura das exigências do momento e exprimissem mais a impotência do que o entusiasmo dos participantes, a reunião foi importante, pois serviu para aglutinar e tornar coeso um conjunto de quadros sindicais que, afora os laços ligando-os através de sua comum relação com Perón, careciam de qualquer outra forma de vinculação orgânica. A delegação designada, por exemplo, era um verdadeiro mosaico. Dela faziam parte Luiz Gay, telefonista da USA, Alcides Montiel, cervejeiro e antecessor de Pontieri na secretaria da CGT, Ramón W. Tejera, ferroviário de San Juan e integrante do Comitê Central Confederal da CGT e Juan Perez dos ceramistas, sindicato autônomo. A ausência sugestiva, neste conglomerado de origens diversas, de sindicalistas, "cegetistas" e autônomos, era a dos membros do secretariado da Central Operária, os quais, deste modo, antecipavam a pouca liderança que haveriam de exercer na conjuntura.

Conduzida pelo Major Fernando Estrada, funcionário da Secretaria do Trabalho, a comitiva operária entrevistou Perón no dia 10, ao meio-dia, em seu apartamento da rua Posadas, informando-o sobre a solidariedade dos militantes reunidos em Quilmes e sugerindo-lhe que se despedisse dos trabalhadores nessa mesma tarde em ato público. Perón, muito afetado por sua súbita queda mas satisfeito com a presença operária, aceitou a proposta.¹⁹ Começaram os preparativos para concretizá-la, sem se suspeitar que com

isso punham em movimento o motor de uma reação popular, que em poucos dias haveria de reverter o processo. Interpretando o espírito prevalescente nesse momento, Luiz Gay recorda que: "Não havia no pensamento de ninguém, nem no nosso nem no de Perón, a possibilidade de que o movimento operário se constituísse numa força política suficientemente forte, a ponto de mudar o curso dos acontecimentos: essa é a pura verdade. Quem sustenta o contrário é porque não estava atuando nessa época ou porque não lida com informações verdadeiras".²⁰

A consciência da capacidade de contestação política, que existia nas massas trabalhadoras, foi surgindo no próprio processo e ganhou os dirigentes sindicais aos poucos, na medida em que eles foram percebendo, por um lado, a agitação que desencadeava, nos meios operários, a notícia do afastamento de Perón e, por outro, a existência de possibilidades reais de exercer pressão sobre o governo militar, dentro do qual os adeptos do ex-Secretário do Trabalho conservavam ainda posições-chave. Estas circunstâncias favoráveis se aglutinaram desde o começo e as encontramos reunidas no "comício" de despedida que, tal como o programado, foi realizado neste mesmo 10 de outubro. Em primeiro lugar, foi sugestivo e revelador das ambigüidades dentro das quais se movimentaria o governo durante esses dias, que o ato tivesse sido autorizado e que a cadeia nacional de rádios fosse posta à disposição de Perón. Para sair da paralisia em que se encontravam os sindicatos e a fim de organizar a mobilização operária, é indubitável que, tanto a ausência de uma forte repressão, imediatamente após os sucessos de 9 de outubro, quanto a permanência dos contactos nas esferas oficiais fossem decisivas. Em segundo lugar, a resposta dos trabalhadores à convocação não poderia ter sido mais fervorosa. Cinco horas depois de terminada a entrevista da rua Posadas, em que se resolveu fazer a concentração, umas setenta mil pessoas se reuniram diante dos escritórios da Secretaria do Trabalho, manifestando a existência de uma inquietude generalizada e, ao mesmo tempo, a obra de um eficaz aparelho sindical. Essa multidão operária, que recebeu as palavras do emergente líder populista repetindo as palavras de ordem "Perón Presidente" e "Um milhão de votos", galvanizou o espírito dos organizadores do ato, colocando diante deles a saída política que procuravam de forma errática por vários meses.

Enquanto esse núcleo da velha guarda sindical tentava sair do impasse inicial, fazendo eco ao estado de ânimo das bases, outros dirigentes, temendo as inovações, preferiam em troca distanciar-se delas e re-situar-se diante da nova conjuntura política, como tradicionalmente fizera o movimento operário em circunstâncias parecidas. Luis Monsalvo, um ferroviário muito ligado a Perón, recorda que a maioria dos companheiros com os quais entrou em contacto (imaginamos que se refere em primeiro lugar aos de

sua própria agremiação) era de opinião que “os fatos que estavam acontecendo eram da alçada exclusiva das forças armadas” e se negava a tomar uma posição pública, invocando a necessidade de velar pela sobrevivência das organizações.²¹ Ao lado do que nela havia de reação aprendida ou reflexa, esta atitude dos dirigentes ferroviários, sobre a qual falaremos mais adiante, era em parte justificada pelo fato de não se haver interrompido o acesso dos sindicatos ao governo. Para a perspectiva conservadora daqueles que se sabiam há muito fracos e dependentes da tolerância oficial, era de fato aventureiro arriscar essa possibilidade de influir a favor das questões sindicais, saindo em defesa de um homem considerado, à luz dos fatos, politicamente liquidado.

O singular trâmite que cercou a saída de Perón do governo, a permanência de seus colaboradores mais próximos, a falta, enfim, de um compromisso enfático por parte das autoridades militares a respeito da prometida normalização institucional provocaram nesse momento, efetivamente, uma sensação de continuidade, que alguns dirigentes operários se apressaram em explorar, mas frente à qual as forças da resistência democrática reagiram com irritação e alarme. Temendo serem vítimas de uma manobra política tramada nos bastidores pelo ex-Secretário do Trabalho e por aquele que agora o substituíra na direção da empresa revolucionária — o general Avalos, chefe do campo de Maio — em 12 de outubro, os diferentes centros políticos da opinião opositora lançaram uma investida final contra o governo. O objetivo era provocar a volta do exército aos quartéis, ao mesmo tempo em que fosse assumido o poder público pela Corte Suprema. A proposta implicava numa verdadeira humilhação para os homens de armas e foi rejeitada, servindo somente para abrir entre estes e os políticos uma brecha que, chegado o momento, seria crucial para o desenlace de outubro.

Muito se tem escrito sobre esta operação política definitivamente fracassada.²² Reafirmemos brevemente que a equivocada confiança da oposição em suas próprias forças, sua obstinada renúncia a um acordo com o exército, frustraram em poucos dias, dois anos de lutas, justamente no momento em que o poder estava a seu alcance. Nem mesmo surgiu no governo uma condução política capaz de se impor às múltiplas pressões e de achar rapidamente uma fórmula de compromisso que resolvesse a crise de sucessão que se seguiu à queda de Perón. É impossível dissociar este duplo vazio político à inesperada virada que tomaram os acontecimentos a partir de 12 de outubro. Mais ainda, quando a iniciativa estava nas mãos desses dois setores, devido ao estado de desmoralização em que se encontrava Perón e as reações opostas que existiam no seio do movimento sindical. O certo foi que as negociações entre o governo e a oposição durante essa tensa jornada de outubro não trouxeram maior clareza à confusa situação política; muito

pelo contrário, precipitaram o último ato da crise. Firme em sua negativa de abandonar o presidente Farrell, o general Avalos apressou-se, no entanto, a pôr um fim às atividades políticas de Perón e a eliminar seus partidários no governo, comprometendo-se, ao mesmo tempo, a formar um novo ministério com personalidades civis que fossem aceitáveis para a oposição. Mas, enquanto a formação do novo poder se prolongava dramaticamente, encarada por seu responsável, o Procurador Geral da Nação, Dr. Juan Alvarez, com a parcimônia de uma troca rotineira de gabinete, as medidas contra as posições do ex-Secretário do Trabalho começaram a efetivar-se rapidamente. No dia 13, sábado, pela manhã, soube-se que Perón havia sido preso e enviado para a ilha Martim Garcia. Mais tarde, seu segundo, o coronel Mercante, também foi detido e, ao anoitecer, os trabalhadores souberam, por intermédio de Juan Fentanes, designado para a Secretaria do Trabalho e Previsão, que já não contariam como até então com o respaldo ativo do Estado, na defesa de suas reivindicações.²³

Essas medidas, provenientes de um governo que estava longe de se ter fortalecido e em condições de arcar com suas conseqüências, foram menos orgânicas, em sua concepção, do que em seu impacto sobre as forças sociais em luta.²⁴ Os círculos da oposição comemoraram aliviados, através da imprensa, majoritariamente ligada a ela, o novo panorama político que se abria, mas, nas fábricas, a detenção de Perón foi o sinal inequívoco de que a restauração havia começado. “Os patrões — denunciaria a CGT em sua sessão do dia 6 — começaram a ostentar abusivamente seu poder, proclamando a todos os ventos que a obra de justiça social, iniciada pela Secretaria do Trabalho e Previdência, seria arrasada pela nova situação”.²⁵

As graves novidades aglutinaram de imediato os dirigentes operários e, durante o domingo 14, ocorreram inúmeras reuniões, a fim de decidir a atitude a ser adotada na emergência. A maioria delas teve lugar na sede da CGT, convertida, por força das circunstâncias mais do que pelo mérito de sua representatividade duvidosa, no ponto de contacto do fragmentado movimento operário. Como era de esperar, nos encontros iniciais vieram à tona as velhas reservas existentes nos quadros sindicais. Quando Cipriano Reyes se dirigiu à Central Operária solicitando a urgente convocação de uma assembléia sindical, recebeu uma fria acolhida por parte de seus dirigentes. Os líderes cegetistas não perdoavam ao dirigente do Sindicato da Carne como tampouco aos chefes dos outros grêmios autônomos, ter ignorado até agora seus insistentes apelos à unidade, preferindo, em contraparte, negociar de forma independente com o Estado. Silverio Pontieri, em suas memórias queixa-se amargamente desse comportamento das associações autônomas, considerado por ele oportunista; isto nos permite compreender, retrospecti-

vamente, as tensões internas que já nesses críticos momentos dificultaram a emergência de uma reação sindical rápida e orgânica.²⁶

É claro que obstáculos dessa índole teriam sido superados mais facilmente se na cúpula sindical existisse unanimidade de critérios a respeito da tática a ser tomada, mas esta unanimidade esteve notadamente ausente nos debates desse domingo, dia 14. A despeito de existir alguém como Borlenghi que já sugerira, nesse momento, que o governo fosse transferido para a Corte Suprema,²⁷ as posições dominantes em conflito se dividiam entre aqueles que solicitavam urgentemente a greve geral pela liberdade de Perón e pela defesa das melhorias obtidas, e aqueles que sustentavam que, antes de tomar uma medida de força, era necessário esclarecer com o general Avalos e o presidente Farrell o que estava acontecendo. Essa última era a linha de ação do secretariado da CGT e contava com o apoio da União Ferroviária, o sindicato de maior representatividade em seus corpos orgânicos. A luta não se resolveu inicialmente em favor de nenhuma das propostas e durante os acontecimentos começaram a se exercitar, a partir dos escritórios da Central Operária, duas direções paralelas, aquela encabeçada por seu Secretário Geral, S. Pontieri, que procurava chegar até o governo a fim de reclamar dele as garantias devidas, e aquela que era animada por um conjunto heterogêneo de dirigentes, alguns dos quais provinham daquela reunião precursora realizada em Quilmes, e de outros, como Reyes e os emissários de FOTIA em Buenos Aires, que configuravam o produto de uma conjuntura mais recente. A preocupação desse segundo núcleo dirigente foi, desde o início, pôr em estado de alerta as bases operárias e programar a mobilização próxima.

No dia 15, Pontieri logra seu objetivo e entrevista o general Avalos. As perguntas do dirigente operário, o Ministro da Guerra esclarece de forma categórica: o coronel Perón não se encontra preso mas foi posto sob custódia em vista de sua própria segurança, pois o governo teme por sua vida; no que concerne às conquistas sociais promovidas por sua gestão serão respeitadas e melhoradas no que for possível.²⁸ Havia alguma razão para duvidar de suas palavras? Por acaso o general Avalos não se encontrara entre os fundadores do G.O.U. e não secundara ativamente a partir do exército o labor da Secretaria do Trabalho? Não era ele quem contribuía para a ascensão de Perón e um dos poucos sobreviventes dos repetidos distúrbios que o ex-homem forte da revolução de junho havia realizado entre seus camaradas, em sua avassaladora carreira até o poder?²⁹ A delegação operária nada objetou na realidade às explicações do Ministro da Guerra, regressando com elas para a CGT, depois de pedir uma audiência ao presidente Farrell.

Na sede da Central Operária a pressão pela greve geral era insustentável. Depois de um prolongado e agitado fim de semana, segunda-feira, 15, era o primeiro dia de trabalho e servira para que os partidários da mobilização

propagassem suas palavras de ordem nas fábricas e discutissem os pormenores de sua implementação. Na versão mais tradicional dos acontecimentos de outubro, a incessante atividade organizatória, desenvolvida durante essa jornada, é freqüentemente omitida, para ser exaltado, em lugar dela, o caráter espontâneo da reação dos trabalhadores no dia 17. Que a reação dos trabalhadores fosse espontânea, no sentido de que ao saírem à rua o fizeram perseguindo objetivos aos quais estavam profundamente ligados, como a liberdade de Perón, não significa, porém, que ela não tivesse sido preparada previamente pela agitação dos militantes operários, e não contasse, ao mesmo tempo, com a coordenação dos sindicatos. Todos esses trabalhadores emprestaram unidade às múltiplas iniciativas que foram supervisionados pela direção paralela atuante na CGT.³⁰

Quando Pontieri convocou a Comissão Administrativa da CGT, no dia 15 à tarde, no ânimo de todos os dirigentes, federados e autônomos, que se encontravam reunidos no recindo da Central Operária, a decisão de ir imediatamente para a greve já estava tomada. Na véspera de sua entrevista com o presidente Farrell, a direção cegetista não acreditava, porém, ter chegado o momento das definições. Numa circular então difundida, depois de solicitar a seus sindicatos afiliados que não se comprometessem com reuniões ou atos organizados por pessoas alheias à CGT,³¹ concluía pedindo serenidade e que eles se subordinassem às resoluções emanadas dela. Esse apelo à prudência teria pouco êxito. Horas antes de que começassem as deliberações, presididas por S. Pontieri, era conhecido de todos que em Tucuman, em Rosario, na Grande Buenos Aires, vários sindicatos já haviam antecipado e declarado, por sua conta, greve geral. Com essa indissimulável pressão das bases, “a reunião da Comissão Administrativa foi muito breve” — relata quem naquele momento era seu secretário geral — “pela unanimidade de todos os seus membros presentes e passando por cima das mais elementares normas sindicais e dos próprios estatutos, sem sequer consultar ao menos as comissões diretoras das associações mais importantes, declaramos a greve geral em todo o país, *ad referendum* do Comitê Central Confederal convocado para o dia seguinte”.³²

Embora Pontieri não o admita de forma aberta, a expectativa vigente na Central Operária influiu inquestionavelmente sobre a decisão da Comissão Administrativa. Vista do plano traçado pelos dirigentes da CGT, a greve geral não era, a rigor, o passo imediato a ser dado após a entrevista com Avalos, sua declaração bem poderia ser contraproducente para os desenvolvimentos das conversações em marcha nas esferas oficiais. Além do mais, o trâmite irregular, a que alude Pontieri, reflete o caráter repentino da decisão adotada. A definição da Comissão Administrativa, se bem tenha permitido à CGT ir ao encontro da corrente dominante nos meios operários, ao invés de enfrentá-la,

não pôs fim, no entanto, às distâncias de ordem tática que separavam as direções sindicais partidárias da mobilização. É que Pontieri e seus companheiros deviam conciliar, por outra parte, a posição de outros grêmios, em particular a da União Ferroviária, a qual ele representava, todos ainda reticentes em responder ao apelo para greve geral. Daí a preocupação com a que o Secretário geral do momento se refere a circunstâncias anormais sob as quais a Comissão Administrativa tomou sua decisão de 15 de outubro. A mencionada decisão deveria provocar, como ele previa, “a reação dos corpos dirigentes de algumas organizações maioritárias, em que recãia precisamente a maior responsabilidade da ação, e os colocava diante de uma greve sem os ter consultado, e, embora considerassem justificada a greve (sic) não admitiam que se desconhecesse sua autoridade, inclusive por seus próprios representantes na CGT”.³³ Que essa reação não resultasse num fracionamento e que se chegasse à sessão do Comitê Central Confederal sem deserções em nada altera a negativa influência que teve sobre a gestão de uma liderança sindical e, mais do que nunca necessitava unidade e coerência na sua retaguarda para afirmar sua autoridade sobre os sindicatos.

Quando a resolução da Comissão Administrativa foi conhecida, um setor dos partidários da greve, liderado por Cipriano Reyes, decidiu não mais esperar e optou por passar de imediato à ação. A inesperada notícia da transferência de Perón, de Martim Garcia para o Hospital Militar,³⁴ difundida no fim do dia 15, logrou todavia atrasar a mobilização até que fosse esclarecido seu real significado, o que permitiu à CGT manter-se à frente da conjuntura.

A DEFINIÇÃO DA CGT

Para os fins da reconstrução histórica que estamos realizando e que procura estabelecer o papel desempenhado pela CGT e pelos sindicatos nas jornadas de outubro, os acontecimentos do dia 16 são centrais. Em primeiro lugar, porque questionam inapelavelmente a versão que pretende serem os acontecimentos de 17 de outubro um motim popular, que havia irrompido à margem das organizações e invadido de forma surpreendente e incontrolada a cena política. É verdade que no dia 15 e sobretudo no dia 16, ocorreram manifestações de rua, o que poderia levar à percepção de que a mobilização do dia 17 fosse uma condensação de uma série de iniciativas isoladas, que nesse dia, diante da passividade dos quadros dirigentes, convergiram finalmente para a Praça de Maio. No que respeita a estes grupos de operários que, no dia 16, chegaram ao centro da cidade provenientes da zona sul, já Cipriano Reyes esclareceu que assim o fizeram em virtude de desconhecer a

contra-ordem que foi dada ao se ter conhecimento da transferência de Perón para o Hospital Militar.³⁵ É certo que, enquanto o Comitê Central Confederal não aprovasse a greve geral, os trabalhadores não se lançariam maciçamente às ruas. Aqueles que salientaram “a espontaneidade dos acontecimentos do dia 17, não observaram um fato que se impõe imediatamente e que se reporta diretamente à obra de uma vontade organizadora: a sincronização da mobilização operária. Buenos Aires não era então, no pleno auge de desenvolvimento urbano, uma cidade de tais dimensões que fosse concebível a propagação de um movimento de massas por contágio. Se foi possível reunir a multidão popular, que se congregou na Praça de Maio, foi porque nos distintos bairros da cidade e da periferia fabril os comitês de greve, articulados nos dias precedentes, atuaram de forma coordenada. Por outra parte, no próprio momento em que esses acontecimentos tinham lugar na capital federal, mobilizações similares eram levadas a cabo a muitos quilômetros de distância, nas principais cidades do interior, e isto não teria sido possível sem os elos existentes com os sindicatos provinciais. Pois bem, esta ampla rede sindical, em 16 de outubro, estava à escuta do que fosse resolvido no Comitê Central Confederal. Ninguém esperara, por certo, a indicação da Central Operária no sentido da declaração da greve. Mas todos os sindicatos, federados e autônomos, no instante decisivo dirigiram naturalmente a atenção para a CGT, buscando nela a unidade de ação que garantisse a eficácia da multiforme e extensa mobilização operária.

Em segundo lugar, a importância de 16 de outubro provém dos debates que se desenvolveram na sessão do Comitê Central Confederal, sessão que se tornou célebre desde este momento. A recente difusão das atas da mencionada assembléia, além de restabelecer a verdade sobre os fatos e corrigir as errôneas versões que, em virtude da falta dessas atas, foram sendo transmitidas desde 1945, permitiu também conhecer, de forma direta, o pensamento dos dirigentes sindicais neste momento-chave da história do movimento operário. Da leitura desses documentos se depreende que somente a União Ferroviária estava disposta a encontrar uma solução de compromisso com os setores dominantes do exército, por ocasião do afastamento de Perón, com o fito de proteger as conquistas sociais obtidas. Pelo contrário, o restante dos delegados assistentes, tanto das velhas associações de serviços como o dos novos sindicatos industriais, se pronunciou sem exceção sobre a necessidade de um vigoroso contra-ataque, porque percebia que o golpe de estado de 9 de outubro implicava na recusa da política social de Perón e constituía, portanto, um golpe dirigido contra os próprios trabalhadores. Além dessas definições contrastantes, o que entretanto converte as atas do Comitê Central Confederal em um documento singularmente valioso é o exame de consciência das relações entre Perón e os sindicatos que realizaram os dirigentes operários.

A sessão, que ocorreu no final da tarde, começou com um informe de Pontieri sobre a entrevista que, nesta mesma manhã, o secretariado da CGT mantivera com Casa do Governo. “Quando levamos ao presidente Farrell — este estava acompanhado pelo general Avalo e o Secretário da Aeronáutica, brigadeiro Sustaita, — a inquietação dos trabalhadores argentinos” — contou o dirigente ferroviário — o presidente disse-nos que não nos preocupássemos, que tudo terminaria bem e que a Secretaria do Trabalho e Previdência continuaria nos rumos que lhe emprestara o coronel Perón, que todas as conquistas seriam mantidas, que todos os convênios assinados com os patrões seriam respeitados. Pediu-nos que lhes déssemos um prazo até que a situação se esclarecesse melhor, enquanto isso o exército continuaria sustentando as conquistas operárias. Dissemos-lhe então que a classe trabalhadora estava seriamente preocupada com a forma pela qual se anunciava a composição do gabinete nacional, com figuras representativas da oligarquia, tradicionalmente inimiga dos trabalhadores (. . .). Informamos-lhe que nós, os trabalhadores, estávamos contra a entrega do governo à Corte Suprema e que no final das contas preferíamos que se nomeasse um ministério exclusivamente militar, cuja missão seria preparar o terreno para a normalização constitucional, mediante a realização de eleições livres e com todas as garantias. Expressamos também ao general Farrell nossas sérias preocupações, que também eram as de todos os trabalhadores, em vista da detenção do coronel Perón, e por seu estado de saúde, que, como era do nosso conhecimento, era precário. Dissemos-lhe que algumas associações, de forma parcial ou total, já tinham saído para as ruas pedindo sua imediata libertação, e que se este pedido não fosse concedido poderiam ocorrer momentos difíceis para o país. A classe operária, dissemos, teme que o coronel Perón seja vítima de um jogo mal feito. A nós foi reafirmado, tanto pelo general Farrell como por Avalos y Sustaita, que eles eram os melhores amigos de Perón e que se preocupavam tanto quanto nós mesmos por sua sorte. Para tranquilizar aos trabalhadores disseram que o governo pensa fazer um comunicado à imprensa no qual de forma clara se dirá que o coronel Perón não está detido. A nós foi reafirmado repetidamente que as conquistas operárias seriam respeitadas”. Este foi, quase textualmente o informe feito por Pontieri; este ao concluir comunicou à Assembléia e à Comissão Administrativa, que, considerando “exaustivamente” a situação, resolvera aconselhar a declaração de greve geral para todo país na data e pelo tempo que o Comitê Central Confederal estimasse oportunos.³⁶

Na base dos elementos trazidos pelo Secretário geral, a decisão da Comissão Administrativa aparecia a rigor como uma medida apressada. Além do mais, o governo já publicara o comunicado prometido assegurando oficialmente que Perón não se encontrava detido e que as conquistas sociais

seriam respeitadas.³⁷ Com tais garantias, por que ir à greve geral? No entanto, a perspectiva da maioria dos membros do Comitê Central Confederal não era esta. Para eles, a situação devia ser focalizada de outro ângulo: a declaração de greve geral era o único meio de ação possível para a Central Operária, porque, se não canalizasse a pressão nessa direção vinda das bases operárias, correria o risco de se defrontar com um descrédito sem atenuantes. Daí, não considerando o informe de certo modo positivo de Pontieri, vários oradores fizeram o mesmo salto tático dado por este e se apressaram a aprovar a resolução da Comissão Administrativa. “Se este órgão não se resolve pela greve geral, posso assegurar-lhes que será impotente para conter a greve que se realizará do mesmo modo, em virtude do estado emocional dos trabalhadores. Acabo de ter uma comunicação telefônica, de Rosario, de caráter urgente, onde me perguntam de forma enérgica qual a posição da Central Operária. Vocês sabem que nós já constituímos um comitê de greve e que esta já está declarada e foi por isso que me mandaram vir até aqui. Estão unicamente esperando as instruções da CGT a fim de que o movimento se faça de uma forma coordenada. Por isso lhes asseguro, sem qualquer intenção de pressioná-los, que se aqui não se vota pela greve, em Rosario a ela se irá do mesmo modo” (R. Bustamente, Sindicato da Carne, Rosario). “Nenhum de vocês ignora que o momento é sumamente grave, pois corremos o risco de perder o controle do movimento operário, que tanto trabalho nos custou organizar. As massas operárias, para que vamos negá-lo, estão nos envolvendo de forma desordenada” (R. Lombardi, UTA). “Creio que o que se está fazendo aqui é frear as massas operárias, quando na realidade o que temos de fazer é defendê-las. Os operários de todo o país estão com os olhos postos na CGT e pedem que esta defenda a Perón e, se não o fizermos, perderão a confiança em nós, especialmente os do interior” (Benigno Perez).

A réplica dos ferroviários opôs a esses argumentos uma linha diferente. Os delegados do que fora nos últimos vinte anos a mais poderosa associação operária e, no curso dos acontecimentos, o líder do movimento sindical, em lugar de invocar em suas intervenções a pressão das bases apelaram para a responsabilidade política das direções sindicais. Se era preciso atuar era necessário fazê-lo ponderadamente, a situação era ainda muito confusa para saber qual era a atitude adequada. A função das direções operárias era perceber a largo prazo e não se mover segundo os impulsos inorgânicos vindo de baixo, porque uma liderança irresponsável era aquela que levava os trabalhadores ao desastre e à destruição das organizações sindicais. “Homens como nós, que temos alguma responsabilidade na direção do movimento operário e mais diretamente nos sindicatos majoritários, não podemos fazer que estes se comportem de forma caprichosa e muitas vezes contrária ao verdadeiro interesse dos trabalhadores. Por isso temos que pensar dez vezes antes de

tomar uma resolução como aquela que aqui se propõe. Alguns de vocês sabem, de modo seguro, o que se passa nas altas esferas? Por um lado, dizem que todos são amigos de Perón e que este não está detido mas simplesmente em custódia por causa de sua própria segurança; por sua vez nos é assegurado que as conquistas sociais serão respeitadas. Se a delegação que se entrevistou com o Presidente recebeu a afirmação de que as conquistas serão respeitadas e que o coronel não está preso, parece-me que não há razão para declarar a greve geral, porque os motivos desapareceram e não aconteça que, atropelando-nos numa declaração de greve, em vez de favorecer acabemos por prejudicar o coronel Perón. Dessa maneira, suspeito de que com esta greve favoreceríamos à classe capitalista e não à dos trabalhadores” (Manso). “O Comitê Central Confederal deve bem medir os passos que vai dar para que amanhã não nos arrependamos dos atos praticados hoje. Estou apoiando o labor que desenvolve a Secretaria de Trabalho e Previdência, mas isso não significa que devamos adotar atitudes apressadas. Tampouco temos de perder de vista os comunistas que estão infiltrados numa posição contrária á CGT, por último, é a própria oligarquia que está interessada na provocação de distúrbios, para justificar as represálias que quer tomar contra os trabalhadores e suas organizações” (Perazzolo). “Declarar a greve neste momento seria desastroso para os trabalhadores, porque poríamos o governo contra nós. As palavras que as autoridades proferiram à delegação da Central Operária e da Comissão Dirigente da União Ferroviária nos asseguram a esse respeito. Estamos solidários com o coronel Perón, mas não podemos declarar a greve geral, pois sabemos que somente está preso para salvaguarda de sua própria saúde” (Malvicini). O próprio ex-Secretário do Trabalho ofereceu um apoio inesperado à posição dos ferroviários, quando um deles lembrou a seus companheiros que: “Não devemos esquecer que foi o próprio coronel Perón quem nos disse que deveríamos ir do trabalho para casa evitando a todo custo provocar incidentes”.

Vários dirigentes questionaram, com argumentos distintos, a tática dilatória dos ferroviários, “Se a CGT não toma uma posição enérgica, as pessoas que ainda estão no governo vão decidir que não somos capazes de nos defender e então vão ocorrer as piores coisas porque eles se entregarão ao capitalismo para não cair; desta maneira, as conquistas operárias virão abaixo” (J. Mendez, Confecções). “As promessas e a segurança que nos são dadas contradizem abertamente a realidade. Nós não podemos crer em promessas, quando já estamos suportando a reação capitalista. Os patrões não querem pagar o 12 de Outubro” (D. Carballido, UTA). Mas quem articulou a resposta mais orgânica foi Libertario Ferrari. O dirigente dos trabalhadores estatais defendeu a declaração de greve geral no mesmo terreno em que os ferroviários se colocavam para criticá-la, isto é, no da oportunidade política da medida e

defendeu, diante da atitude de expectativa preconizada por estes, a necessidade de uma contra-ofensiva, para resolver em favor dos trabalhadores o tenso impasse político: “Ontem, quando se tomou a resolução de declarar a greve geral em princípio, na Reunião da Comissão Administrativa, disse que a greve seria feita em defesa das conquistas operárias e contra a oligarquia, que havia conquistado uma posição privilegiada no governo, situação confessada pelos próprios funcionários.³⁸ Os jornais, entregues ao capital e à oligarquia, aplaudem as palavras do novo Secretário de Trabalho e Previdência, isto já é um índice para nós, porque até há pouco dias estes mesmos jornais se caracterizavam por sua violenta oposição à obra desenvolvida pela Secretaria de Trabalho e Previdência. Ontem analisamos extensamente o problema antes de tomar a resolução que vocês conhecem e agora novamente se argüi de que não há razões para declarar a greve geral, seu motivo não pode ser o pedido de liberdade do coronel Perón. Pergunto eu: e a negativa dos patrões em pagar o 12 de Outubro e conceder férias? E a informação, que circula nos jornais, sobre os possíveis integrantes do gabinete nacional, todos eles membros conspícuos da oligarquia? E a prisão do coronel Perón? Por que, a despeito de tudo que se diga, o coronel Perón está preso? E a detenção do tenente coronel Mercante e do capitão Russo? Dentro em pouco nós seguiremos o mesmo caminho, pois não devemos esquecer que se Avalos se proclama amigo de Perón, Vernengo Lima é feroz inimigo dele e de nós próprios, a meu juízo este tem mais influência no governo do que ninguém, porque conta com o apoio do capital e da oligarquia. A nós também foi dito que o general Farrell falou diante de nossos companheiros como se estivesse estrangido ou como se as palavras lhe tivessem sido impostas, pois os companheiros que o visitaram disseram que ele estava muito deprimido. No concreto, a situação seria esta: Avalos está com Perón e Vernengo Lima está contra Perón. Parece-me, pois, que nossa atitude vai reforçar a posição do primeiro e terá como consequência imediata a liberdade de Perón e assegurar todas as nossas conquistas. Temos que aproveitar este momento excepcionalmente favorável para nós, pois, senão, perderemos a luta por muitos anos”.³⁹

Paralelamente a esta discussão de ordem tática, cuja resolução comentaremos adiante, desenvolveu-se outra em torno de uma questão de princípios. Podia a CGT, como órgão máximo dos trabalhadores, mobilizar-se pela liberdade de Perón? A pergunta pode parecer ociosa à distância, e para muitos na época também o era, mas o fato de ser colocada foi significativo, porque ao debatê-la os dirigentes operários tiveram que confrontar-se com a evidência fragrante dos próprios limites do movimento operário. Nestor Alvarez, secretário adjunto da Central Operária, foi quem propôs a questão à assembléia ao afirmar que “é preciso deixar bem estabelecido que a Confederação Geral do Trabalho, por razões de princípios, não pode declarar a

greve geral solicitando a liberdade do coronel Perón. Temos para ele uma grande dívida de gratidão, mas os nossos princípios são os que orientam o movimento operário. A CGT não pode pedir de forma direta a liberdade de Perón, pois nossa resolução foi motivada pela emoção ambiente; se temos de declarar a greve geral terá que ser em defesa de nossas conquistas e para apagar a reação patronal (. . .). A CGT não pode aparecer como saindo à rua em defesa de Perón, isto seria alienar o futuro da Central Operária. Se resolvermos declarar a greve, repito, será preciso dizer bem claro que isso será em defesa das conquistas operárias ameaçadas pela reação capitalista, caso contrário, demonstraremos que nossa vida termina com a de Perón". Talvez fosse ainda prematuro responder ao dirigente rodoviário que o futuro dos sindicatos estava seriamente comprometido com o afastamento de Perón, mas certamente se podia afirmar, e foi isto o que fez Ramón W. Tejada, que a força política conquistada pelos sindicatos não era independente da gestão desenvolvida pela Secretaria do Trabalho: "Por muito que dermos volta ao assunto, se tivermos de declarar a greve geral, esta será pela liberdade do coronel; por mais que defendamos outros argumentos este é o ponto básico de nossa atitude ou, para dizer melhor, da classe operária. Há um ressentimento muito profundo entre os trabalhadores por causa da retenção do coronel Perón, especialmente no interior do país, porque o coronel Perón foi o único que fez justiça às aspirações operárias concretizando-as nas conquistas que agora estão ameaçadas; se a CGT pede e organiza a liberdade de Perón não ferirá os princípios sindicais, porque podemos dizer agora que o coronel Perón é um dos nossos, já que se aproximou da classe operária para defendê-la. (. . .) Temos que viver a realidade do momento em que atuamos. Nunca pude compreender porque os trabalhadores não se organizavam gremialmente antes, por que eram descrentes e céticos; no entanto, bastou que as autoridades revolucionárias, com o coronel Perón na frente, começassem a realizar sua obra de justiça social, aumentando os salários e velando pelo cumprimento estrito das leis que protegem o trabalho, amparando aos operários, para que estes despertassem de sua letargia e acudissem em massa aos sindicatos, dos quais nós já os chamávamos há muitos anos. Depois, a obra da Secretaria de Trabalho e Previsão consolidou-se; com a sanção de novas medidas de governo satisfizeram outras tantas aspirações proletárias, de forma que as pessoas começaram a ter presente e gozar esses benefícios. Por isso há uma inquietação geral no povo diante dos fatos produzidos contra o homem, que possibilitou a criação deste movimento operário de grandes massas que possuímos atualmente e não o movimento raquítico em que vegetávamos, nós, alguns poucos homens de luta". Seria possível descrever melhor o impacto da abertura social levada a cabo por Perón sobre os sindicatos? Podia desnudar-se, de forma mais eloqüente, os fortes condiciona-

mentos dentro dos quais ocorria o debate do Comitê Central Confederado? Ao apelar para a fidelidade aos princípios sindicais, Alvarez raciocinava como se o centro de gravidade do movimento operário ainda permanecesse no seu interior, em suas tradições, em suas lutas, como se os líderes sindicais ainda pudessem escolher uma linha de ação independente nos termos políticos em que estava colocado o conflito de classes, e desfrutassem da mesma autonomia com que, até os acontecimentos de outubro, haviam adotado uma atitude especulativa diante das políticas em luta. Tejada, em compensação, focalizava um fato incontestável. A polarização da cena política, que culminara com o afastamento de Perón, havia diminuído drasticamente a margem de manobras dos sindicatos, colocados diante da necessidade de optar e, com essa opção, diante do reconhecimento do caráter derivado de sua força política. Embora alguns dirigentes pareçam ignorá-lo, os sindicatos, de fato, não tinham aumentado seu poder de barganha econômica enraizando-o no mercado de trabalho, nem conquistado sua atual situação política no terreiro das lutas cívicas contra um poder de classe adverso. Pelo contrário, suas possibilidades de ação econômica e política, a partir de 1943, foram dadas pelo espaço criado graças à democratização do Estado, levada a cabo por Perón e elas eram inseparáveis, agora já se sabia, da permanência deste no poder. Diante dessa evidência, que as crescentes ameaças sobre as posições conquistadas confirmavam, a despeito das garantias oferecidas oficialmente por Avalos e Farrell, o árduo combate do Comitê Central Confederado adquiria a uma dimensão patética: enquanto os principais protagonistas do drama histórico de outubro já haviam feito suas jogadas e apresentavam para a CGT os fatos consumados, o setor do movimento operário, representado nela, demorava buscando dificultosamente uma saída que conciliasse suas condições internas.

Diante da impossibilidade de chegar a um acordo, foi necessário recorrer finalmente à votação. A moção dos ferroviários, que em substância propunha a declaração de sessão permanente e a continuação das negociações a nível oficial, foi derrotada por 16 votos contra 11, pela moção que declarava a greve geral por 24 horas para o dia 18.⁴⁰ A decisão foi anunciada mediante um comunicado aprovado unanimemente por todos os presentes cujos pontos eram: 1) contra a entrega do governo à Corte Suprema e contra todo gabinete da oligarquia; 2) formação de um governo que garanta a democracia e a liberdade para o país e que consulte a opinião das organizações sindicais dos trabalhadores; 3) realização de eleições livres numa data a ser fixada; 4) levantamento do estado de sítio — pela liberdade de todos os presos civis e militares que se haviam salientado por suas claras e firmes convicções democráticas e por sua identificação com a causa operária; 5) manutenção das conquistas sociais e ampliação delas — aplicação da

regulamentação das Associações Profissionais; 6) que se termine por firmar de imediato o decreto-lei sobre aumento dos salários, o salário mínimo básico imóvel, a participação dos lucros, e que se resolva o problema agrário mediante entrega da terra aos que trabalham e o cumprimento integral do Estatuto do Peão.

Na lista das reivindicações, o pedido pela liberdade de Perón não figurava explicitamente. Pontieri, em suas memórias, pretende explicar esta omissão, argumentando que a assembléia tinha tomado conhecimento de que, além de Perón, outros trabalhadores e militares, com o tenente coronel Mercante, tinham sido presos por motivos políticos. “Diante dessa situação, a CGT não podia fazer exclusões e muito menos abrir um precedente pernicioso para o futuro, sendo esta a razão porque exigiu a liberdade de todos os presos sindicais e políticos sem distinção de categorias, condição social ou grau militar”.⁴¹

O argumento de Pontieri, ao deixar de lado a controvérsia suscitada em torno a esse ponto no Comitê Central Confederal, tem toda a aparência de uma explicação *ex-post facto*. Se tivermos presente que, no momento de enfrentar a votação de greve geral, todos os delegados assistentes aprovaram por unanimidade o comunicado com a lista de reivindicações, é fácil concluir que o pedido da liberdade de Perón foi negociado e, em consequência, omitido para segurar a unidade de ação dos sindicatos nessa conjuntura.

Referindo-se ao comunicado do Comitê Central Confederal da CGT que, em definitivo consagrara a tese defendida por Alvarez, Cipriano Reyes escreveu um ano mais tarde: “A afirmação da primazia dos movimentos sobre os homens — fatores ocasionais que capitalizam a ação das massas — pode ser e é justa na perspectiva histórica e do desenvolvimento das idéias, dos fatos e suas manifestações coletivas, mas constitui a pior traição quando o aniquilamento dos dirigentes e responsáveis de movimento nacional se realiza nos momentos da ação das massas e pela pressão direta do inimigo declarado. Para nós, as conquistas não eram nada se seus porta-vozes estavam detidos e virtualmente em poder da reação. Não eram nada porque compreendíamos que a prisão do coronel Perón e de seus colaboradores não significava a detenção de um determinado número de homens e sua derrota ou fracasso individual, mas a derrota pura e simples do que eles politicamente representavam”.⁴² Visto a partir dos acontecimentos posteriores, este juízo de Reyes refletiu muito mais cabalmente do que a declaração de princípios da CGT, o espírito em que as massas operárias se lançaram às ruas no dia 17.

Que a greve tenha sido decidida para o dia 18 e que a mobilização operária se realizasse no dia 17, indica que a decisão da CGT teve, a rigor, apenas uma função operativa: comunicar aos distintos sindicatos, em estado de alerta desde o dia 15, que formavam parte do movimento de protesto coletivo, dando-lhes, desse modo, o apoio necessário para passar imediatamente à ação. Nas circunstâncias em que se encontravam essa função foi importante. Como sublinhara Luis Gay: “Se a CGT e outras organizações não tivessem declarado a greve, os acontecimentos não adquiririam mais do que um caráter parcial, sem qualquer transcendência e sem outro alcance do que a concentração na Praça de Maio por volta do meio dia do 17, que evidentemente não era muito numerosa. Quando se diz que sem a precipitação de alguns sindicatos, que operaram sem uma direção determinada e sem conexão com os demais, do mesmo modo teria ocorrido um 17 de outubro, só se demonstra que se desconhece o que é e o que pode o movimento operário quando atua coincidentemente”.⁴³

Não trataremos aqui de descrever a mobilização operária do dia 17, sobre a qual existe abundante literatura.⁴⁴ Continuaremos dirigindo a atenção para o papel desempenhado pelos quadros dirigentes, que agora estamos em condições de apreciar devidamente, cobrindo as omissões feitas pelas testemunhas mais divulgadas.⁴⁵

Uma vez declarada a greve, os dirigentes da CGT entraram em contacto com outras organizações gremiais não federadas, que haviam operado por conta própria, constituindo o Comitê Nacional da Greve, em que figuravam junto à S. Pontieri e N. Alvarez, Juan B. Ugazio, das associações municipais e membro do Comitê Central Confederal, Luis F. Gay, representante dos telefonistas e líder da USA, a central sindicalista e Angel Borlenghi, secretário do grêmio autônomo dos comerciários, que tinha revisto sua posição do passado 14 de outubro.⁴⁶ Este núcleo de dirigentes do dia 17 entrevistou, às 13 horas, o general Avalos e se incorporou assim às negociações que deveriam desenvolver-se ao longo de toda a jornada, tendo uma participação ativa nos passos decisivos que precederam o conhecido desenlace. Luis Gay se refere a esse episódio assinalando que, quando chegaram a ver Avalos, “a preocupação principal do Ministro da Guerra era que se deixasse sem efeito a greve declarado para o dia 18, a propósito da qual insistiu de tal maneira que chegou a exasperar-se, quando, diante de sua última insistência, reiteramos, no mesmo tom enérgico das outras vezes, que a greve, por ter caráter geral e nacional, não seria revogada sob condição alguma. Foi neste momento que o general Avalos, visivelmente preocupado com a firmeza do movimento operário, afirmou que daria

garantias e que Perón não estava detido e facilitaria aos trabalhadores da Rádio do Estado para que dela fossem transmitidas essas garantias, ficando por conseguinte sem efeito a greve declarada. Como insistíssemos em nossa posição, o general Avalos, em tom ameaçador, disse-nos que seríamos responsáveis pelo que viesse a acontecer; a isso retrucamos que, por nossa parte, já tínhamos aceito a responsabilidade correspondente como membros do comitê de greve e que, como tais, permitimos sugerir ao governo que atuasse sem violências, já que estas, em lugar de serenar os ânimos e permitir uma solução adequada e patriótica, provocaria fatos lamentáveis, onde o governo teria a maior responsabilidade. Em tom ameaçador o Ministro foi num crescendo e disse, por sua vez, que qualquer desmando dos trabalhadores seria reprimido sem qualquer consideração. Nestes momentos tais palavras possuíam uma significação muito especial e tivemos a impressão de que o general Avalos dissera realmente o que pensara na realidade e o que haveria de fazer”.⁴⁷ Os líderes sindicais tinham razão para alarmar-se. Naquele mesmo momento, a afluência dos trabalhadores na Praça de Maio não era muito numerosa e, embora a polícia, sob a influência de chefes favoráveis a Perón, houvesse tomado uma atitude passiva, bastaria uma simples manobra de amedrontamento por uma coluna do exército para que eles fossem dispersados. Avalos já tinha sido consultado por oficiais do Campo de Maio, solicitando-lhe autorização para atuar, em vista do estado de efervescência dos suburbios industriais e da falta de intervenção policial. Em parte porque acreditava que a situação ainda não era perigosa, em parte porque não desejava reprimir, este havia negado o seu consentimento, optando por encontrar uma solução negociada.⁴⁸ O fracasso das conversações com o comitê de greve abria a possibilidade para uma revisão de sua posição, colocando o Ministro da Guerra sem argumentos diante daqueles, como Vernengo Lima, outra figura do gabinete, que presionava o presidente Farrell, exigindo que freasse pela força a mobilização operária. Avalos, no entanto, favorecido pela indecisão do presidente, permaneceu na disposição de encontrar um compromisso; depois da negativa dos dirigentes sindicais, iniciou novos contactos, agora com o tenente-coronel Mercante, a quem convocou logo depois de ordenar sua liberdade.

Já se sabe como culminou essa última e decisiva etapa das negociações. Quando começaram os contactos entre Avalos e Mercante já corria metade da tarde e, nessa altura, a multidão se congregara na Praça de Maio sem encontrar resistência — só podia ser desalojada a custa de um massacre. Isto é precisamente o que não estava disposto a arriscar o Ministro da Guerra e, preferindo “a derrota em vez do derramamento de sangue” propôs ao lugar-tenente de Perón que reclamasse a intervenção do ex-Secretário do

Trabalho, a fim de que “acalmasse as pessoas concentradas na Praça de Maio” em troca da devolução do poder. As condições desse arranjo, que incluíam as renúncias de Avalos e de Vernengo Lima e a designação de um novo gabinete integrado por homens de Perón — foram estabelecidas numa série de reuniões na Casa do Governo e no Hospital Militar. Enquanto isso, as tropas do Campo de Maio, isoladas de seu chefe durante a jornada, permaneceram disciplinadamente aquarteladas, esperando ordens que nunca chegaram. Somente no final do dia, Avalos se comunicaria com seus oficiais, notificando-lhes que renunciava e que eles estavam convidados a escutar as palavras que Perón dirigiria aos trabalhadores do balcões da Casa Rosada.

Na gestão deste episódio final, o comitê de greve reaparece novamente na crônica dos acontecimentos. Logo depois da entrevista já comentada com Avalos, os dirigentes sindicais tiveram outras, procurando dar cumprimentos às instruções do Comitê Central Confederal. Na sessão do dia anterior se havia insistido na necessidade de conhecer o real estado político e físico do coronel Perón; de modo que, depois de obter autorização do presidente Farrell, lograram chegar ao Hospital Militar, onde encontraram Perón ainda indeciso sobre o caminho a seguir. Participaram então das reuniões em que foi definida a contra-proposta a ser formulada a Avalos; mais tarde, voltaram a reunir-se com o presidente Farrell, diante do qual reiteraram o pedido de liberdade de Perón e a necessidade, segundo o que fixava um dos seis pontos da proclamação do Comitê Central Confederal, de que se constituísse “um governo que garantisse a democracia e a liberdade para o país e que consultasse a opinião das organizações sindicais”.

Quando, ao saber do passo para trás dado por Avalos, Farrell se retira da Casa do Governo aludindo a pressões militares e políticas, e se dirige para a sua residência, a fim de planificar a nova conjuntura em comum acordo com Perón, que nesse momento abandona o Hospital Militar e se encontra com o presidente — os membros do comitê de greve o acompanham. “Foi nesta reunião — recorda Luis Gay — que exigimos, como garantia da continuidade da política social do governo, que se designasse o ex-diretor da Ação Social Direta, tenente-coronel Mercante, como secretário do Trabalho e Previdência, substituindo Juan Fentanes e que, em lugar de falar aos trabalhadores pela rádio, da residência presidencial, tal como se pretendia, Perón o fizesse dos balcões da Casa do Governo. Foi difícil convencer o presidente, porque Mercante provocava fortes resistências oriundas dos círculos chegados a Farrell, mas finalmente obtivemos sua anuência. Também logramos vencer os temores de Perón, que preferia dar por terminada a mobilização a fim de evitar as reações do exército”.⁴⁹

Quando por volta das 11 horas da noite, aclamado pelos trabalhadores, Perón aparece finalmente nos balcões da Casa do Governo e se conclua o

17 de outubro — quem poderia discutir a sensação de triunfo que embargava os dirigentes sindicais, tanto aqueles que se confundiam com a multidão, quanto aqueles que rodeavam o líder populista? É verdade que várias circunstâncias lhes foram favoráveis: a distância entre o exército e as forças opositoras, ausentes no dia 17, as contradições do general Avalos e a presença de figuras chegadas a Perón no aparato do governo. Mas todas elas puderam ser exploradas graças à declaração da greve geral que, como pretendeu Libertario Ferrari, contribuiu para definir a crise na direção das exigências dos trabalhadores. Além do mais, e contra a versão difundida sobretudo por C. Reyes, a greve geral foi uma iniciativa que contou com o apoio de todo o movimento sindical. Com efeito, existiram no início reações diferentes diante da crise, mas essas não tiveram por fundamento a existência de posições objetivas irreconciliáveis, como a pretensa fratura entre uma velha aristocracia operária e uma nova classe operária, de recente origem migratória, permitiria supor. Pelo contrário, tais diferenças derivam de experiências distintas de luta por parte das diversas frações da classe operária.⁵⁰ Os setores da militância mais antiga tenderam a concordar de modo vacilante e a conceber com maior dificuldade a possibilidade de reverter o processo. Sua tática permaneceu encadeada a uma visão da ação sindical, tributária de longos anos de frustração, e apontou, em primeiro lugar, no sentido de assegurar a sobrevivência das organizações operárias, buscando para isso desligar-se de um compromisso aberto com os grupos em luta, levantando, no meio do conflito, ao mesmo tempo político e social, uma plataforma de princípios. Contudo, no interior desses setores operários tampouco se pode falar de uma resposta homogênea — a descrição anterior somente fixa os padrões gerais de seu comportamento.

Maior unidade, menor censura interna teve a reação dos setores operários que começaram a organizar-se a partir de 1943; também ela refletiu, em sua audácia política, em sua direta identificação com Perón, as condições em que esses setores tinham levado a cabo suas primeiras experiências de luta. Os novos extratos operários ocupados na indústria e os trabalhadores das cidades do interior atuaram na conjuntura, manifestando uma disposição para mobilização que não era, por certo, separável do processo de ativação política que Perón havia lançado a partir do poder. Por outra parte, para eles, numa medida maior do que para os setores da velha militância, os êxitos reivindicativos apareciam ligados à intervenção da Secretaria do Trabalho; por isso estavam mais prontos a sair em sua defesa sem fazer cálculos prévios. Mas seria um erro confundir uma conduta semelhante, de índole política, com uma tendência de natureza diferente, e atribuir a esses setores, recentemente organizados, uma sensibilidade ideológica maior diante do apelo de Perón e, através dele, uma lealdade

maior à sua direção política. Os trabalhadores do açúcar, associados na FOTIA, e os operários dos frigoríficos de Berisso, liderados por C. Reyes, entre os quais existiu, por outro lado, uma fluida comunicação durante as jornadas de outubro, eram os que melhor representavam as características dessa fração da classe operária, constituindo as vanguardas da mobilização do dia 17. Depois de 1946, ambos os sindicatos, no entanto, entraram em conflitos rumorosos com o governo de Perón, conflitos que, de um modo ou de outro estiveram solidariamente vinculados a suas experiências prévias. Precisamente por ser novos na ação sindical e ter levado a cabo suas primeiras lutas sem o peso de um passado de fracassos, nem os trabalhadores do açúcar nem os operários da carne estiveram dispostos a tergiversar em suas exigências ou em diminuir a combatividade que tinham desenvolvido no período de mobilização aberto em 1943.

O próprio Pontieri em suas memórias faz referências a esse rumo das experiências da luta, quando descreve as reações operárias diante da queda de Perón. “As associações e seus dirigentes, que viviam apoiados pela Secretaria do Trabalho e Previdência, que não tinham conseguido assegurar-se por seus próprios meios, desapareceriam com ela ou passariam a uma situação sem defesa diante dos patrões (. . .). Em compensação, por outro lado, da parte da CGT, o problema não era o mesmo, porque nem a central operária nem seus grêmios de base daqueles dias — a União Ferroviária, União dos Rodoviários, Federação dos Operários Cervejeiros, Associação dos Trabalhadores do Estado, União dos Operários Municipais e muitíssimos sindicatos de menor importância numérica que a compunham —, surgiram como fruto da Secretaria do Trabalho e Previdência mas pelo contrário foi a lúcida entidade estatal que encontrou o apoio inicial necessário neste importante setor operário, já nessa época sindicalmente organizado. (. . .) Para as associações nomeadas em primeiro lugar, a queda do coronel Perón significava a queda de todo um sistema de governo que, não somente lhes permitia desenvolver-se plenamente, mas ainda lhes abria generosamente as portas para incorporar-se ao próximo governo institucional, a possibilidade de que cada grupo pudesse defender os motivos que os tornavam solidários com o coronel Perón. Para eles não podia haver adiamento, era a guerra, ou se venciam ou se sucumbiam. No caso de vencer, reconquistariam novamente todas as possibilidades de triunfo, no caso de perder, voltariam à situação anterior. Em compensação para a CGT, tratava-se simplesmente de mais uma batalha a ser livrada em sua longa trajetória, na procura do futuro que marcava o preâmbulo de seus estatutos” e em continuação transcreve os ideais cegetistas de emancipação do povo produtor e a abolição da sociedade de classes, aprovados em 1936.⁵¹

Pondo de lado as diferentes razões que levaram uns e outros a

mobilizarem-se em 17 de outubro, o que é certo é, para concluir, que, como assinalamos acima, os dirigentes sindicais celebraram a liberdade de Perón como uma vitória do movimento operário. Esta consciência finalmente adquirida, que mais tarde haveria de se concretizar na criação do Partido Trabalhista, que bases tinha ela? No que respeita a esse ponto, cremos que o desenvolvimento dos acontecimentos de outubro ofereceu uma imagem distorcida da relação de forças entre os dirigentes sindicais e Perón, frisando a capacidade de organização com que contavam os primeiros e fazendo aparecer o ex-Secretário do Trabalho como beneficiário dela, como detetor, em última instância do projeto político de democratização social do Estado. A partir de 17 de outubro essa relação foi se alterando de forma progressiva em favor de Perón, depois de 1946 a posição dos dirigentes operários será obviamente desigual. Se percebermos esse equilíbrio instável em função direta da vontade de controle do líder populista, se julgarmos a dissolução do Partido Trabalhista e a posterior subordinação da CGT como tantos outros intentos, desenvolvidos por Perón, para redefinir as condições políticas dentro das quais conseguiu ascender ao poder, para daí dirigi-lo autoritariamente, nossa visão seria parcial e, ademais, insatisfatória, porque não poderia explicar, sem apelar para uma hipótese psicológica *ad hoc*, a escassa resistência que esse processo de acumulação de poder encontrou nas fileiras sindicais. Na realidade, a mudança experimentada na relação de forças entre os sindicatos e Perón, depois do dia 17, não fez mais do que realizar as possibilidades já virtualmente inscritas nos padrões estruturais que condicionaram a trajetória do movimento operário a partir de 1943. As situações de crise tendem a debilitar o peso das determinações, a diluir o contexto onde se perfaz a ação e a entregar aos atores sociais uma capacidade de manobra, amiúde inédita, sobre seu comportamento. O debilitamento político de Perón, em virtude da ofensiva oposicionista, nos começos de 1945, e sua queda mais tarde levaram alguns dirigentes sindicais a conceber sua força política independentemente das novas oportunidades criadas pela abertura social realizada por obra dele. Logo, porém, precisaram reconhecer, diante do iminente risco de perdê-las, quanto deviam essas suas atuais posições à gestão do ex-Secretário do Trabalho e, ao fazê-lo, e ao optar por ele no momento decisivo, nada mais fizeram do que sancionar uma dependência já inscrita na própria natureza do lugar que chegaram a ocupar na sociedade. A expansão do sindicalismo de massa não se produziu no mesmo contexto de isolamento social e exclusão política que conheceu o movimento operário clássico em suas etapas iniciais; desde o começo constituiu uma peça importante nos esforços de Perón para instaurar uma base política própria e afirmar o poder do Estado diante da coalisão político-social opositora. Graças a esse caráter, oriundo sobretudo do fato de

mobilizar uma massa numericamente significativa no mercado político urbano, contou com o estímulo e o apoio oficial, terminando por fazer da pressão sobre o Estado a estratégia sindical por excelência. A rigor, seu desenvolvimento posterior, isto é, sua progressiva perda de autonomia, não foi mais do que o desenvolvimento das premissas que presidiram o momento de sua constituição, durante os anos de 1943 a 1945.

NOTAS

- (1) Entre os militares de 1943 houve um certo alarme em relação à situação do movimento operário. Um deles, o general José Epifano Sosa Molina, recorda em suas memórias, recolhidas por Carlos Fayt em *A Natureza do Peronismo*, ed. Viracocha, 1967, que, poucas semanas antes do golpe de 4 de junho, assistiu ao tradicional desfile sindical do 19 de maio: "Lembro que fomos comissionados muitos chefes e oficiais para apreciar *de visu* a importância dessa coluna. Foi realmente impressionante. Uma enorme multidão, com bandeiras vermelhas, com os punhos erguidos e cantando. A Internacional pressagiava horas verdadeiramente trágicas para a República. As Forças Armadas não podiam permanecer indiferentes diante desse perigo." A repressão foi a primeira reação diante desse estado de coisas, — um tanto exagerado por Sosa Molina, pois o peso dos comunistas era limitado e as bandeiras vermelhas eram, por outro lado, também os estandartes das moderadas agremiações de serviços, como a União Ferroviária, controladas pelos socialistas e sindicalistas.
- (2) Perón suspendeu a aplicação do decreto sobre as associações profissionais de 20 de julho, que estabelecia a proibição da atividade política aos sindicatos e forte controle sobre seu funcionamento. Ao mesmo tempo colocou um homem de sua confiança e com vinculações no mundo operário, o coronel Domingo Mercante, à frente da intervenção da União Ferroviária e A Fraternidade
- (3) Em março é invadido o Sindicato dos Gráficos e em junho posto sob intervenção dos trabalhadores municipais, duas organizações líderes da oposição; A União dos Rodoviários, a agremiação mais importante da CGT, é pressionada para que abandone toda atitude crítica, objetivo que se obtém logo depois de provocar o afastamento de vários integrantes da Comissão Diretiva; os restantes realizam no dia 24 de abril, um ato de adesão à Secretaria do Trabalho para considerar o perigo de uma intervenção. José Tesourieri, líder da Associação de Trabalhadores do Estado, sai da prisão em troca de realizar um ato similar de adesão em 17 de maio.
- (4) É preciso ter claro que nesse momento os quadros dirigentes do movimento operário estavam praticamente formados pela velha guarda sindical, homens com quinze e vinte anos de militância, sobre os quais a força da tradição operária era importante. Na conjuntura de 1945 ainda não se observa, de forma notória, a presença de líderes novos, porta-vozes dos trabalhadores que se haviam incorporado recentemente à indústria.
- (5) A coalizão entre os sindicatos e Perón, observa Walter Little em *Organized Labor and the Peronist State*, mimeo, University of Glasgow, 1972, foi inicialmente frágil e limitada. "Até 1945 Perón não esteve em condições de dar pleno vigor a suas exigências, e muitos dirigentes sindicais, aceitando a lógica da

- situação, participaram de todos os benefícios que puderam conseguir, embora não deixassem de manifestar suas reservas privadamente”. A atitude de Perón não era menos calculista: lembra Lucio Bonilla, dirigente têxtil da época, que, depois de uma das muitas discussões que teve com Perón “Ele, ironicamente, me respondeu que para ele o movimento sindical era nesse momento uma orquestra e que, se algum violino desafinasse, tomaria consciência disso mas não podia prescindir dele pois não tinha outro. Era um homem que fazia cálculos frios”. *Arquivo de Historia Oral*, Instituto Di Tella, Buenos Aires.
- (6) “Não aceitarei candidatura de nenhum tipo e muito menos de Presidente, mesmo que venham e me peçam de joelhos” *La Prensa*, 23 de abril de 1945. A declaração de Perón, sustenta Robert Potash em “*El Ejército y la política en Argentina*” Ed. Sudamericana, 1971, pág. 367, era destinada ao consumo de seus companheiros de armas, que observavam com muitas reservas sua avassaladora e meteórica carreira dentro da elite revolucionária; desconfiavam de sua política social por vê-la a serviço de suas ambições políticas.
 - (7) A visão que este núcleo de dirigentes tinha do processo político se encontra nas memórias recentemente publicadas de Luis Monsalvo, *Testigo de la Primera Hora del Peronismo*, ed. Pleamar, 1974.
 - (8) Respondendo às críticas que recebeu o ato de 12 de julho, a CGT necessitou precisar, no final do mesmo mês, em uma declaração pública que: “A classe operária, organizada na CGT, que conta com organismos de arraigada responsabilidade social e de firme alcance progressista no país, longe de censurar alguém, está identificada com todos os organismos que propugnam pelo progresso da Nação e estão dispostos a colaborar legal e patrioticamente na solução de todas as questões que pesam sobre ela e, especialmente, sobre a classe operária”. Citado por Louise Dayan, monografia inédita sobre 1943-45, Canadá.
 - (9) Baily, Samuel, *Labor, Nacionalism and Politics in Argentina*, Rutgers University Press, New Jersey, 1967, pág. 86.
 - (10) Durante os primeiros meses de 1945 o governo procurou neutralizar a ofensiva da oposição, dando uma drástica reviravolta em sua gestão; para isso desmantelou as posições que ocupavam os setores clericais no ensino público, devolveu a autonomia às universidades, autorizou a ação pública dos partidos e declarou, tardiamente, guerra a Alemanha e ao Japão. A manobra não teve os efeitos esperados pois a oposição, ante o que considerava sinais de fraqueza política do governo, redobrou seus ataques a partir de agosto.
 - (11) “Buscamos uma aproximação com os radicais e com os socialistas para nos entendermos numa ação comum, mas eles só queriam que os acompanhássemos com o voto, enquanto pretendíamos algo mais: pretendíamos ter representação na gestão da nova política social que deveria continuar no futuro governo constitucional, mas não tivemos êxito”. Testemunho de Luis Gay, *Arquivo Historia Oral*, Di Tella.
 - (12) Entre meados de julho e começo de agosto, a coalização de partidos e centros cívicos opositores – que encontrou no novo embaixador americano S. Braden, chegado em 21 de maio, um inestimável aliado – obteve novas concessões do governo, como a liberdade de presos políticos, a volta de exilados, a legalização do Partido Comunista, a reforma do Estatuto dos Partidos Políticos, o fim do estado de sítio.
 - (13) O dirigente de A Fraternidade, Jesus Fernandez, havia passado de uma atitude francamente oficialista, como a que expôs em seu discurso de novembro de

1944, no aniversário da Secretaria do Trabalho, a outra, progressivamente opositora, seguindo a virada da conjuntura política. Sua decisão de desligar-se da CGT coincidiu com recomendação nesse sentido feita pela Comissão Gremial do Partido Socialista ("La Prensa" 10 de setembro de 1945), que desse modo respondia à aproximação pretendida pelos dirigentes sindicais com vistas a chegar a um acordo político para os próximos comícios.

- (14) A cisão acentuou a debilidade organizatória da CGT, que já era notável, posto que, além da concorrência da USA, a central de origem sindicalista deveria tolerar a existência de forte setor de agremiações autônomas, como os bancários, os comerciários, os operários dos frigoríficos de Berisso e Ensenada.
- (15) Pontieri, Silverio, *La Confederación General del Trabajo y la Revolución de 17 de Outubro de 1945*, (Ed. Pirâmide, Buenos Aires, 1972, pág 51.)
- (16) Neste trabalho concentramo-nos no movimento operário. Para uma visão pormenorizada do processo político em seu conjunto ver a excelente crônica de Felix Luna, *El 45*, Ed. Sudamericana, 1972.
- (17) Angel Perelman, *Como Hicimos el 17 de Octubre* (Ed. Coyoacan, 1961) e Cipriano Reyes, *Yo Hice el 17 de Octubre* (Ed. GS, 1973).
- (18) Sobre este ponto, a rigor, se engana ao citar a versão dos acontecimentos que apresenta Alberto Belloni, *Del Anarquismo al Peronismo* (Ed. Documentos, 1960); mais adiante comentaremos.
- (19) Referindo-se a esta entrevista, Luis Gay lembra que: "Fomos expressar nossa solidariedade a um homem que caía injustamente e que considerávamos politicamente liquidado, porque era o exército que o afastava. Perón estava amargurado e se sentiu satisfeito, pois nos havíamos aproximado para levar-lhe nossa palavra de alento, nessa circunstância adversa de sua vida. Propusemos-lhe que se despedisse dos trabalhadores num ato público ao que ele aceitou". Luis Gay, *Arquivo de Historia Oral*, ao Instituto Di Tella. Outro dirigente, Pedro Otero, dos municipais, também entrevistou Perón nesse dia e o encontrou também abatido: "Na noite de 9 de outubro vimos Perón. Ele nos explicou a situação, porque razão o eliminavam, mas, concluiu: enfim, vocês façam o que quiserem. Não nos deu nenhuma diretiva, nenhuma ordem de mobilização". Pedro Otero, em *Arquivo de Historia Oral*, Instituto Di Tella.
- (20) Luiz Gay, *Arquivo de Historia Oral*, Instituto Di Tella.
- (21) Luis Monsalvo, *Testigo de la Primera Hora del Peronismo*, Ed. Pleamar, Buenos Aires, 1975, pág. 112.
- (22) Consultar Felix Luna, *op. cit.*, Capítulo III.
- (23) Algumas partes principais desse discurso: "O progresso das classes trabalhadoras deve seguir o mesmo ritmo da economia geral do país. Não pode ser estancado por forças regressivas nem acelerado por audazes improvisações. Aos patrões antecipamos que não se imporão medidas que eles não estudem de sua parte, nem remédios drásticos com desconhecimento do direito legítimo dos que constituem um fator ponderável na produção, porque seu espírito de empresa é tão importante para o progresso como o é o esforço do trabalhador. O Estado não deve substituir-se às forças vivas na direção da economia geral, nem querer impor normas de trabalho que as próprias partes interessadas não tenham analisado e cuja discussão entre estas não tenha sido esgotada". "O Estado não tem por função aguçar ódios e paixões, nem substituir o trabalhador na definição de suas reivindicações. A Secretaria do Trabalho também não será a sede de atividade política personalista ou partidária", Ministério do Interior, *Las Fuerzas Armadas*

Restablecen el Imperio de la Soberanía Popular. Buenos Aires, 1946, Tomo II, pág. 80.

- (24) Como disse Robert Potash, “Nem Farrell, nem Avalos queriam realmente dar esse passo (deter Perón); o primeiro, porque era amigo de Perón, o segundo, porque temia converter Perón em mártir. Mas as ameaças provenientes de vários setores, contra a vida de Perón, convenceram o presidente da necessidade de autorizar sua detenção”, Potash, *op. cit.*, pág. 390. Os jornais de 17 de outubro publicaram, além disso, o texto de uma entrevista de Avalos com a agência de notícias Reuter, em que este explicava que “Perón foi convidado a transferir-se para a ilha Martim Garcia, em nome do Presidente da República e em meu próprio, afim de evitar que se cometesse algum atentado contra ele. Não é um segredo que queriam matá-lo e que a multidão pedia aos gritos a sua cabeça (se refere ao ato da oposição de 12 de outubro). Eu fiz a revolução com o coronel Perón e, além disso, sou Ministro da guerra; jamais teria carregado a responsabilidade e a vergonha de sua morte. É é doloroso ter de assinalar que se pediu a morte de Perón quando este estava caído e indefeso. No mais, afirmo como Ministro da Guerra, que não há qualquer acusação contra o coronel Perón” “La Nación”, 17 de outubro de 1945.
- (25) Ata da sessão do CCC da CGT de 16 de outubro transcrita na revista *Passado y Presente*, nº 2/3 (nova série) julho-dez. de 1973.
- (26) “Mas nunca encontrei justificativa nem sequer uma explicação aceitável, por mais boa vontade que tivesse para entendê-la, para a atitude assumida pelos dirigentes das agremiações autônomas daqueles dias, em que diziam estar na mesma linha social da CGT e, enquanto a Central Operária era castigada duramente por todos os lados, enquanto se tratava por todos os meios de separar dela os sindicatos filiados, os sindicatos autônomos e seus dirigentes permaneciam impassíveis (. . .) Não sei em que jogada estavam nem sobre o que especulavam, se alguém os freiava e, se este fosse o caso, porque o faziam. A verdade é que não se apresentaram nem para preencher o vazio deixado pelos sindicatos que tinham passado para o campo inimigo, nem ao chamado das autoridades que saíam da CGT, quando se convocou os sindicatos confederados para eleger o novo Comitê Central Confederado (. . .) nem depois nos dias em que mais crescia a campanha anticegetista, mas, pelo contrário, continuaram ignorando-a até dias depois, quando o Coronel Perón foi tirado do governo e viram perigar a estabilidade da Secretaria do Trabalho e Previdência. Só então, quando perceberam que a reação arremetia com intenções destrutivas, para não deixar nem vestígios da obra social realizada pela entidade estatal, viram o que sua miopia – em alguns casos por vaidade, em outros por especulação – não os havia deixado ver; a própria estabilidade da maioria dessas agremiações e seus dirigentes ligados à Secretaria do Trabalho e Previsão correria a mesma sorte; se ela conseguisse sobreviver saberia manter sua obra, em troca, se sucumbisse, arrastaria atrás de si tudo que havia sido feito durante os dois anos de trabalho. Então sim, repito, a realidade que ameaçava a sobrevivência desses sindicatos e de seus dirigentes, sua impotência para enfrentar aos que ameaçavam destruí-los, levou-os a bater em nossas portas”, Pontieri, *op. cit.* pág. 61/62. Seria injusto transcrever esta citação sem acrescentar que ao acudir à CGT os sindicatos autônomos não se encontraram, como se verá mais adiante, com uma direção em condições de liderar uma resposta sindical à crise.
- (27) Cipriano Reyes, *op. cit.* pág. 217-18.

- (28) Atas da sessão do CCC da CGT de 16 de outubro de 1945; revista *Passado y Presente*, número citado.
- (29) No livro de Potash, Capítulos VII, VIII e IX se faz uma excelente descrição dos conflitos de Perón com seus camaradas de 43 durante a gestão revolucionária, até 1945.
- (30) No livro de Cipriano Reyes já citado, pág. 215-20, existe uma abundante informação sobre os trabalhos prévios à mobilização do dia 17.
- (31) Pontieri, Silverio, *op. cit.*, pág. 63.
- (32) Pontieri, Silverio, *op. cit.*, pág. 65.
- (33) Pontieri, Silverio, *op. cit.*, pág. 66.
- (34) Uma vez em Martim Garcia, Perón imediatamente começou a providenciar sua transferência para sair da jurisdição da Marinha. Alegando razões de saúde e com o apoio de seus amigos, conseguiu a autorização correspondente de Vernego Lima, sendo conduzido ao Hospital Militar, de onde aguardou o desenrolar dos acontecimentos. Consultar Felix Luna, *op. cit.*, pág. 268-270.
- (35) “Quando estávamos para sair da CGT – dia 16 – chegou a notícia dos trabalhadores da Wilson e dos bairros de Puente Alsina que já estavam na rua e haviam iniciado a marcha, tendo tido confrontos com a polícia. Foi destacado meu irmão Hector, membro do Comitê de União Intersindical e delegado de Berisso, para que os informasse do sucedido e repressassem a seus postos até o outro dia, cuja hora se daria a conhecer através do Comitê de União. Quando a comissão se encontrou com o contingente de operários que já haviam atravessado a ponte Uriburu, esclareceu-se a confusão e os companheiros começaram a voltar diante da curiosidade e da agitação do bairro. Isto aconteceu porque quando proclamamos a greve na CGT no dia anterior, o companheiro Enrique Dellabusca saiu rapidamente para organizar sua zona, ignorando o que se passou depois com a notícia da (pressuposta) liberdade de Perón”. Cipriano Reyes, *op. cit.*, pág. 223.
- (36) Atas da sessão do CCC, *Revista Passado y Presente*, número citado.
- (37) Luna, Felix, *op. cit.*, pág. 271.
- (38) Ferrari fazia referência, nesta passagem de sua exposição, à entrevista mantida no dia anterior pelo secretário da CGT com o Secretário do Trabalho e Previdência, Juan Fentanes, realizada depois da audiência com Avalos. Nela o Secretário havia advertido os dirigentes operários que deviam agir refletidamente porque tinham que “reconhecer que a oligarquia dera um passo adiante” e que ele por seu lado, “já contava com o apoio das agremiações dissidentes para qualquer eventualidade”, ver Pontieri, *op. cit.*, pág. 67.
- (39) Ferrari concluiu sua intervenção alertando contra o perigo que, embora menos real do que ele apresentara, fundamentava-se, no entanto, numa coincidência objetiva nesse momento: “não nos esqueçamos que a oligarquia está unida ao comunismo e os comunistas não precisam de muito tempo para nos tirar a direção do movimento operário e, então, tudo estará perdido”. No dia 16, com efeito, se distribuíram os comunicados emitidos por diversos sindicatos e grupos comunistas, repudiando a greve. A União Operária Local, por exemplo, sustentou” que desautorizava as versões circulantes de uma greve iminente desencadeada por um núcleo interessado e ligado ao governo deposto e por elementos nazistas de provocação, que pretendiam obstruir o caminho das eleições livres e confundir o movimento operário. (. .) Repudiamos tal atitude e exortamos os trabalhadores a se manterem serenos e firmes, longe de qualquer participação ou adesão a estes rumores, à espera dos acontecimentos”. A Federação Operária da Indústria da

Carne, comunista, também denunciou que “Bandos armados estranhos aos operários dos frigoríficos, encabeçados por Cipriano Reyes, no dia de ontem impediram a entrada ao trabalho no Frigorífico Wilson” e comunicou aos trabalhadores que não deviam abandonar suas tarefas, convocando-os a se unirem “para terminar de uma vez por todas com essas manobras do nazi-facismo, que atenta contra a liberdade, a democracia e o progresso do país”, em “La Prensa”, outubro 17 de 1945.

- (40) Erroneamente se tem sustentado que o resultado da votação chegou a 21 votos pela declaração da greve e 19 contra. A difusão das atas da CGT pôs fim a essa confusão. Também se tem atribuído um papel decisivo, nesse resultado pretense, a Libertario Ferrari, que teria votado pela greve, influenciado por Arturo Jauretche. Pontieri se refere a essa versão para desmenti-la e sustenta que “posso assegurar que Ferrari, a maior parte desse dia 16 de outubro esteve ao meu lado e que, ao entardecer me acompanhou à Secretaria da União Ferroviária, demonstrando a todo o momento seu entusiasmo pela greve geral e, quando voltávamos pela rua Dean Funes em direção à CGT, fazendo cálculos sobre o possível resultado da votação (que mais tarde se realizaria no Comitê Confederal), corremos até um café que havia na rua Rioja y Belgrano para calcular o resultado dos votos comprometidos. Por esse motivo não creio que, ao chegar à CGT, se retirasse do local e, mesmo que, por algum motivo o tivesse feito; desminto categoricamente que precisasse ser empurrado para cumprir algo que tinha decidido espontaneamente”. Pontieri, *op. cit.*, pág. 76. Acrescente-se finalmente que a votação não teve surpresas pois as delegações votaram disciplinadamente, de modo que Pontieri e Tejada, partidários da greve, se submeteram à opinião dominante na União Ferroviária e se pronunciaram contra.
- (40) A única representação que votou dividida foi a da ATE, o que deve ter dado origem à versão sobre L. Ferrari.
- (41) Pontieri, Silverio, *op. cit.*, pág. 74.
- (42) Reyes, Cipriano, *Que es el laborismo*, Ed. R.A., Buenos Aires, 1946, pág. 50-51.
- (43) Luis Gay, entrevista em *Arquivo de Historia Oral*, Instituto Di Tella.
- (44) Consultar Gambini, Hugo, *El 17 de Octubre* (Ed. Centro Editor da America Latina, Buenos Aires. 1971.)
- (45) Colón, Eduardo, *17 de Octubre, la revolución de los Descamisados* Ed. La Época, Buenos Aires, 1946.
- (46) A lista do Comitê de Greve é entregue por Gay. Pontieri em suas memórias não o menciona e inexplicavelmente afirma que “na manhã de 17 de outubro, bem cedo, se apresentaram em nosso local os companheiros Luis Gay em nome da associação dos telefonistas e Angel Borlenghi, em nome dos empregados do comércio, para oferecerem-se a acompanhar-nos em nossas gestões mas, dada sua condição de grêmios autônomos, não os aceitamos, por entendermos que a responsabilidade do momento deveria recair sobre a CGT”, pág. 75. O expressivo é que o informe das entrevistas realizadas pelo Comitê de Greve, que Gay administra, coincide com o que Pontieri relata em seu recente livro; de modo que a participação do dirigente telefonista nas negociações está fora de dúvida e o que fica realmente sem resposta é o silêncio do Secretário geral da CGT sobre este ponto.
- (47) Luis Gay, entrevista; *Arquivo de Historia Oral*, Instituto Di Tella.
- (48) “Quando analisamos o desenlace do confronto de 17 de outubro – escreve Potash – chegamos forçosamente à conclusão de que foi o general Avalos quem

permitiu o retorno de Perón” e apresenta em seguida uma sugestiva interpretação do papel especial representado pelo Ministro da Guerra nesse momento, *op. cit.* págs. 399-401.

- (49) Luis Gay, entrevista, *Arquivo de Historia Oral*, Instituto Di Tella.
- (50) M. Murmis e J.C. Portantiero realizaram uma análise coincidente em seu importante ensaio sobre o movimento operário e as origens do peronismo. *Estudios sobre los origens del peronismo*; Ed. Siglo XXI, Buenos Aires, 1972, págs. 118-112. (Traduzido pela Editora Brasiliense, 1973)
- (51) Pontieri, Silverio, *op. cit.*, págs. 72-73.